

IMAGOLOGIA

O alcance político de uma ciência europeia da literatura*

Hugo Dyserinck

Um simpósio¹, que dá ênfase aos instrumentos da imagologia e que se pretende uma contribuição para o estudo do problema (e isso significa neste caso também uma contribuição para a apresentação e para o esclarecimento do caráter problemático) da auto-compreensão nacional na Europa, necessita de imediato de alguns esclarecimentos, principalmente porque o tema mais melindroso da auto-compreensão nacional por si só pode ser motivo suficiente para confusão e para mal-entendidos.

Primeiro, falemos da imagologia como tal:

Embora a imagologia, enquanto área especial criada pela escola de comparatística francesa, que se ocupa com a pesquisa de imagens literárias (ou seja, com representações, estereótipos) de um outro país, e que surgiu na literatura comparada internacional apenas por volta de 1950 (para logo se tornar pivô de escândalo e mesmo contribuir para uma crise temporária na disciplina), a imagologia, para ser exato, encontra-se desde o início presente em todas as comparatísticas, sempre lhes foi inerente.

Desde muito cedo houve um nítido interesse pelas representações que os europeus faziam uns dos outros em suas literaturas - e, sobretudo, no âmbito da problemática envolvendo as interrelações entre as diversas literaturas. Como viam os autores franceses a cultura alemã? Como reagiam a ela? O que acontecia exatamente, quando eles, enquanto franceses, reagiam ao que era alemão na literatura e na cultura da outra língua? E de que forma expõem aos seus leitores franceses suas respectivas experiências? E como se confrontavam simultaneamente face à cultura inglesa? E como avaliar o fato de que tenham ocorrido simultaneamente também interrelações análogas ou complementares entre os domínios do alemão e do inglês? E, sobretudo: que significado tiveram realmente estas representações desenvolvidas e veiculadas na literatura?

Estas e outras considerações semelhantes foram feitas no âmbito das reivindicações em favor do reconhecimento da comparatística como disciplina acadêmica, tendo em vista as possibilidades do seu desdobramento já em torno da virada do século. E, quando, depois da Primeira Guerra Mundial, a escola comparatística francesa começou, por fim, a alcançar de forma monopolizante prestígio internacional, o interesse por este tipo de pesquisa intensificou-se de tal forma, que ela afinal se tornou visível como a substituta adequada para a tradicional pesquisa de influências e veio a tornar-se um dos mais importantes campos de pesquisa da *littérature comparée*. Esta tendência haveria de encontrar seu declínio, poucos anos

* - Dyserinck, Hugo & Syndram, K. U. (ed.) - *Komparatistische Imagologie. Zur politischen Tragweite einer europäischen Wissenschaft von der Literatur*. In: *Europa und das nationale Selbstverständnis. Imagologische Probleme in Literatur, Kunst und Kultur des 19. und 20. Jahrhunderts* Bonn, Bouvier, 1988, p.13-37. **Trad. Mориçá Souza Torres**, pesquisadora do grupo RELLIBRA - "Relações linguísticas e literárias Brasil-Alemanha". Revisão de Celeste H. M. Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

¹ - Trata-se de um simpósio sobre problemas imagológicos na arte e na cultura europeias, realizado no Centro Universitário de Luxemburgo em setembro de 1984, com a coordenação do Departamento de Comparatística da Universidade de Aachen.

mais tarde, depois da Segunda Guerra Mundial, na conhecida pequena introdução de Marius-François Guyard, em que o problema do *l'étranger tel qu'on le voit*² foi detalhadamente apresentado como *domaine d'avenir*³, e para o que também contribuiu Jean-Marie Carré em seu controvertido *Préface*, escrito mais tarde, em que corrobora o texto de seu discípulo.

O que ainda não foi suficientemente salientado é que o fato de que a imagem de outro país como resultado de uma experiência com o estrangeiro, colocada em debate na imagologia, estava no fundo pura e simplesmente ligada de maneira íntima aos interesses centrais da pesquisa comparatística. Somente através da existência de várias literaturas específicas (que, por sua vez, resultaram da existência de diversas línguas específicas) chegou-se à necessidade da criação de uma disciplina própria que se voltasse de modo próprio para a pesquisa dos problemas derivados da diversidade. Se, lado a lado com a germanística, com a romanística, a eslavística, a anglística, a hispanística, a italianística, etc, de fato fizesse sentido a existência de uma comparatística como disciplina autônoma, essa existência só teria realmente sentido se essa disciplina, em primeiro lugar, se dedicasse a tarefas inconfundivelmente próprias e se, em segundo lugar, essas tarefas próprias fossem empreendidas não só em relação aos próprios objetivos, se não que também em relação aos próprios meios (ou seja métodos).

Neste caso, os objetos de pesquisa seriam claramente provenientes da multinacionalidade da literatura européia e das questões e dos problemas suscitados por essa multinacionalidade. Foram também desenvolvidos alguns métodos próprios para trabalhar os objetos de pesquisa fixados. Também estes provinham da própria natureza multinacional do fazer literário europeu. Mas, no fundo, tudo isto gira em torno do problema central existente na diversificação dessas literaturas, assim como da respectiva experiência com o estrangeiro nas diferentes entidades nacionais que geram literatura e, finalmente, isto também toca na problemática da experiência coletiva (nacional) com o próprio, ligada em última análise à experiência com o estrangeiro.

São justamente estas conjunturas que, no âmbito da escola francesa de comparatística, levaram às reflexões, na época da Segunda Guerra Mundial, que marcaram o início definitivo de uma imagologia como ramo mais avançado de uma *littérature comparée* que já vinha se desenvolvendo há mais de cem anos. Aliás já se tratava aqui de algo que, muitos anos depois, haveria de ser denominado como uma troca de paradigma de um modelo de pesquisa da produção para um modelo de pesquisa da recepção. E isto já desde antes da Primeira Guerra Mundial, quando principalmente Fernand Baldensperger se empenhava nesta outrora moderníssima perspectiva⁴. Naturalmente, as fronteiras entre as literaturas específicas (literaturas nacionais) eram *conditio sine qua non* neste tipo de recepção. E todo o processo estava relacionado com a questão das diferenças e dos pontos em comum realmente existentes entre as diversas literaturas específicas (nacionais), começando pela diferença básica que permitia falar da multinacionalidade literária, isto é, da existência de literaturas específicas, distintas, marcadas por uma autonomia, quer dizer, por uma relativa autonomia. A comparatística partia efetivamente da real existência de literaturas específicas que se desenvolveram no solo de uma comunidade cultural européia, mas, em virtude de sua ligação com línguas específicas, evoluíram como entidades próprias com tradições peculiares⁵. Da mesma

² - Nota da revisora: (O estrangeiro tal como é visto). Existe tradução deste capítulo em: Guyard, Marius-François - *Literatura comparada*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1956.

³ - (campo futuro de pesquisa).

⁴ - Consultem-se também os ensaios de Paul Hazard.

⁵ - Consulte-se: Dyserinck, Hugo - *Komparatistik*. Bonn, Bouvier, 1977.

forma veio à tona, neste processo, a questão já colocada das autênticas ou supostas diferenças nacionais entre as comunidades produtoras de literatura e, com isso, por fim também a problemática da entidade nacional como tal. No entanto, em todo este questionamento, a ênfase deveria recair no problema das representações que cada um tem do outro e de si mesmo. A clara demanda pela construção de uma imagologia ou, pelo menos, pela ênfase devida ao significado nuclear desse *domaine d'avenir* no prosseguimento da construção da comparatística em geral era, por volta de 1950, nada mais, nada menos, que um passo dado em direção à continuidade do programa de comparatística e, de certo modo, uma última consequência do próprio processo comparativo. Mas também foi um retrocesso no sentido de conscientização do real núcleo da comparatística: a experiência com a diversidade entre nossas literaturas européias e seus domínios culturais e lingüísticos, assim como com a experiência dessa diversidade literária em si.

Ora, como se sabe, o interesse pela experiência com o estrangeiro, consumada nas áreas lingüísticas e culturais específicas e fixada na construção de imagens, deparou-se, nos anos 50, com a reação veemente dos representantes da mais tarde assim denominada escola comparatística americana, de orientação formalista, em que, em primeiro plano, René Wellek achava que os objetivos fixados pela escola de Paris não teriam nada a ver com a ciência da literatura, mas que seriam de índole política, sócio-cultural, ou inerentes à psicologia dos povos, etc., isto é, nada do que deveria ser uma ciência que deveria concentrar-se na *central issue of literature: aesthetics* (de acordo com Wellek).

Ora, os críticos da imagologia, que se orientavam pelo critério da imanência da obra, pensavam de modo errado; pensavam que a imagologia como tal, numa determinada dimensão que mal tinha a ver com as tarefas especificamente estéticas de um enfoque da literatura, entendida enquanto arte, ultrapassava as tarefas de um estudioso da literatura, ou seja, que nem poderia mais ser considerada como ciência literária. Da mesma maneira, estava errada a idéia de que a imagologia era, enfim, uma psicologia dos povos. Também estavam equivocados com a opinião de que uma pesquisa das imagens existentes na literatura e nos processos literários, que se colocasse conscientemente a serviço de objetivos extra-literários (como por exemplo, o entendimento e a compreensão entre os povos), devesse, por esse motivo, ser excluída da ciência da literatura. Muito mais decisivo deve ter sido, entretanto, o fato de a escola comparatística francesa cometer, na época, o erro de se deixar influenciar tanto pela crítica a seu programa, a ponto de não mais conseguir justificá-lo em termos teóricos e metodológicos e, ao invés de prosseguir na expansão da imagologia, deixar tudo ir por água abaixo. O sinal externo disso foi o destino do pequeno livro do próprio Guyard que deixou de lado o prefácio de Carré, atrás referido, depois de poucas reimpressões, entre outras coisas, sob o pretexto de que *en prenant de l'âge, la littérature comparée [avait] progressé et évolué en France même*⁶.

No fundo, tratava-se de uma capitulação do esforço feito em prol de uma exposição mais clara e de uma defesa das dimensões políticas e do alcance da disciplina. Exatamente aqui não importava, do ponto de vista dos autores, o grande significado político da nova orientação da época, talvez não tão claramente reconhecido. E a falta de um reconhecimento definitivo dessa dimensão da comparatística deveria, justamente num contexto europeu, permancer aguda até os dias de hoje.

Na realidade, a imagologia dá até hoje a mais importante e, principalmente, a mais auspiciosa contribuição que a velha disciplina da literatura comparada, hoje com

⁶ - (levando-se em consideração a época, fora na França que a literatura comparada [havia] progredido e evoluído.)

150 anos, poderia dar para a compreensão e solução dos problemas específicos que advêm da multinacionalidade européia, e para os quais o literário, no mais amplo sentido da palavra, desempenha um papel. E, neste sentido, toda a contribuição para a imagologia é ainda hoje, querendo ou não, um fato político. Além disso, a imagologia é *last but not least* o melhor caminho para uma verdadeira ciência das diferenças e dos pontos em comum entre os povos europeus, realizada através de material literário.

Talvez não seja inoportuno lembrar aqui, novamente, que a comparatística não é uma disciplina inventada um dia para, através da apresentação de possibilidades de pesquisa capazes de transcender fronteiras, proporcionar aos especialistas das filologias específicas novas tarefas, porque os temas para outros trabalhos ameaçavam esgotar-se. Tampouco foi desenvolvida com o intuito de devolver a ciência da literatura à situação existente antes do desenvolvimento das filologias específicas, ou seja, ao estágio de um enfoque literário dileitante que, dependendo dos conhecimentos lingüísticos dos investigadores e, diríamos das inclinações e simpatias pessoais, seria levado em consideração isto ou aquilo. A ciência da literatura comparada surgiu muito mais a partir do conhecimento de que a multinacionalidade européia, com todas as complicações e dificuldades que lhe são inerentes, tinha suas origens marcadamente nas diferenças lingüísticas e culturais, e que isso criava problemas, para cujas soluções o enfoque comparativo estritamente europeu dos fenômenos literários, capaz de transcender fronteiras, assim como a investigação dos problemas resultantes das relações entre tais fenômenos, podiam contribuir de modo decisivo. E, se este conhecimento, já no século XIX levava ao reclamo do necessário desenvolvimento de um pensamento europeu, hoje, na segunda metade do século XX, em que o desejo de reunificação de um continente difícil em sua multinacionalidade, se faz mais notado do que nunca, é mais do que justo lembrarmo-nos da validade passada e presente deste conhecimento.

Se a comparatística de Aachen, juntamente com uma série de representantes de outras universidades e de outras disciplinas, de um modo ou de outro, a ela ligados, se apresentam à comunidade científica com o objetivo de fazer uma exposição sobre a imagologia e falar dos resultados obtidos até hoje nas pesquisas imagológicas básicas como possível contribuição ao entendimento das relações entre consciência européia e consciência nacional, oportuno se faz expor a essa comunidade os conhecimentos da discussão imagológica desenvolvidos no Programa de Comparística da Universidade de Aachen e, embora de modo esquemático, demonstrar de que maneira nossas concepções das possibilidades oferecidas pela imagologia foram trabalhadas.

Uma exposição sobre a origem, para não dizer sobre a legitimidade dos objetivos políticos deste tipo de pesquisa literária não se faz mais necessária. Já em 1892, Joseph Texte terminou sua aula inaugural como comparatista na Universidade de Lyon com uma referência à dimensão política da disciplina que ele, doravante, passava a representar e que, tomando de empréstimo de modo consciente um *terminus* de Mme Staël, via, entre outras coisas, como construção de um *esprit européen*⁷. Poder-se-ia igualmente aludir a vários outros vultos perfilados na história de nossa disciplina que também tinham consciência da dimensão política da comparatística - expressamente no contexto de um pensamento europeu capaz de ultrapassar as fronteiras nacionais - enquanto componente essencial de seu campo de atuação. Nessa lista estariam de novo quase todas as figuras mais importantes da comparatística européia da primeira metade do século XX até Paul Hazard, assim como alguns representantes marginais importantes que viram, justamente, nesse alcance político da literatura comparada sua legitimidade. Não é mais preciso voltar a esse aspecto da discussão imagológica, pois no fundo nunca

⁷ - (espírito europeu).

houve necessidade de uma legitimação, muito menos ainda há motivos para um pedido de desculpas, quando uma disciplina das ciências humanas coloca os resultados de sua pesquisa a serviço da humanidade em desenvolvimento e, nesse caso concreto, se apresenta como contribuição para um melhor entendimento entre pessoas e povos.

Certamente deve importar ao interessado em comparatística geral ou no debate imagológico em particular, a maneira como, em certos contextos especificamente europeus (tendo justamente em vista a problemática européia) surgiram, em nosso Programa de Aachen, determinadas noções da imagologia enquanto dimensão aplicada da comparatística.

Na origem havia, no âmbito da discussão em torno da assim chamada crise da comparatística nos anos 50, suscitada pela crítica à comparatística francesa, a tentativa tanto de contribuir para uma espécie de reconciliação entre as perspectivas francesa e americana, como também de demonstrar que, até mesmo no caso de se manter rigorosa concentração em assim chamados aspectos puramente literários, não seria mais possível a eliminação de enfoques imagológicos da comparatística.

Este último aspecto foi desenvolvido posteriormente num artigo⁸ para a recém-fundada revista alemã de literatura comparada *Arcadia*, em que apresentei, de forma sucinta, a tese de que, tanto a existência de imagens enquanto componentes essenciais de obras de arte literárias, quanto o papel que elas desempenham na divulgação e na recepção internacionais da literatura, fornecem a prova irrevogável não só para a sua legitimação, mas também para a necessidade da pesquisa imagológica.

Naturalmente, com essa tentativa de legitimação, no âmbito do confronto com os representantes da chamada pesquisa imanente da obra, não se esgotaram nem de longe quer o significado quer o campo de atuação da imagologia. O chamado enfoque imanente da obra ou o modo de pesquisa científica que René Welleck definiu, em sua *Theory of Literature* como *the intrinsic study of literature* não foi de modo algum (e continua não sendo) pura e simplesmente a ciência da literatura; e, se essa noção já nos anos 50 e início dos 60 tinha um caráter de lugar comum, este tornou-se bem nítido ao final dos anos 60 a partir de determinadas mudanças de paradigma. De início já era claro que a tarefa científica com as heteroimagens nacionais desenvolvidas em obras literárias - assim como com as autoimagens a elas ligadas - também possuem um significado que tem um alcance maior que a simples compreensão mais profunda de obras de arte literárias. Outras interpretações destas primeiras contribuições fundamentais do Programa de Aachen à metodologia da imagologia basearam-se em mal-entendidos⁹. E, de modo completamente desvinculado da necessidade de explicações em relação aos procedimentos de Aachen, há que aludir, agora tanto quanto antes, a outras obscuridades, isto é, a outros mal-entendidos. Entre eles, por exemplo, a idéia sempre presente de que a imagologia poderia (ou deveria quando possível) contribuir para a investigação dos traços próprios do caráter dos povos, ou mesmo descrever algo como uma psicologia popular a partir de produtos literários. O Programa de Aachen também se esforçou sempre e de modo a não deixar dúvidas quanto ao esclarecimento de tais mal-entendidos, e foi possível mostrar que, no caso da imagologia, tratava-se de um processo que era o exato pólo oposto em relação às confusões existentes em torno de uma assim chamada psicologia dos povos que

⁸ - Dyserinck, Hugo - Zum Problem der images und mirages und ihrer Untersuchung im Rahmen der Vergleichenden Literaturwissenschaft. In: *Arcadia*. Zeitschrift für Vergleichende Literaturwissenschaft. 1966, vol. 1, p. 107-120. Trata-se do 1º ensaio traduzido nesta coletânea.

⁹ - Jurt, J. - L'image de l'Afrique dans la littérature française. In: *Oeuvres et critiques III*, 1978-79 e Grewe A. - *Das Ameikabild der französischen Schriftsteller zwischen den beiden Weltkriegen*. Heidelberg, 1985.

acreditava em alma popular, em caráter nacional e em coisas semelhantes e que, finalmente, acabou remetida ao reino da ideologia pela ciência do século XX¹⁰.

Eu próprio, já no final dos anos 50, havia me ocupado com a imagem internacional da Flandres (a polaridade *sensualité-mysticisme*), trazida à tona pela literatura belga de língua francesa da geração de 1880) e, nesse contexto, realizei pesquisas imagológicas que se concentraram especialmente na recepção dos autores em pauta nas áreas lingüísticas alemã e francesa. Tratava-se dos altos representantes da conhecida *Renouveau* da literatura belga do século XIX, isto é, de figuras como Verhaeren, Maeterlinck, Georges Rodenbach, Charles van Lerberghe, Georges Eekhoud, Max Elskamp, etc., sendo que o que se destacava nesse grupo era o fato de se tratar de autores flamengos que tanto poderiam ter escrito em flamengo, quanto em outra língua como o francês (holandês), se as relações políticas e sociais na Bélgica daquela época tivessem sido outras, mas que, através do veículo constituído pela língua francesa, alcançaram prestígio internacional, em que, principalmente, sua origem flamenga haveria de desempenhar um importante papel. Esses autores foram transformados, já pouco depois de 1880, em objeto de exposições histórico-literárias por todo o mundo e de análises críticas, nas quais se falava repetidamente de seu suposto jeito tipicamente germânico, assim como de um acentuado dinamismo supostamente flamengo, que marcou seus trabalhos e os distinguiu do caráter estático, racionalista, ou comparativamente, anêmico da literatura contemporânea francesa, etc. etc.

Não foi difícil constatar que esses traços de caráter que, de acordo com o pensamento determinista do século XIX, foram apresentados como pertencentes à psicologia dos povos, eram em grande parte realmente desejados e, em parte, até sistematicamente orientados por antigas tradições históricas (por exemplo da pintura flamenga dos séculos XV, XVI e XVII), sendo que aos nossos autores - liderados por Emile Verhaeren e Maurice Maeterlinck - também não faltava uma tendência para fazer delineamentos nacionais e regionais, e até mais do que isso, pois não desconheciam que certos críticos e um certo público leitor apreciava tal imagem flamenga, provinda deste canto setentrional da Europa.

Nesse plano, o *mysticisme* de Georges Rodenbach, as descrições de Béguinage e a orientação Ruusbroec adotada por Maeterlinck, aliados à *sensualité* tal como destacada na obra de Verhaeren *Les Flamandes*, deixavam-se facilmente ligar a uma polaridade *sensualité/mysticisme* que delineou, no mercado internacional da literatura, (entre outros também em favor da apresentação de uma nova literatura belga) um suposto traço típico da alma do povo flamengo, e até pôde atuar como sua promoção.

E *Bruges la Morte* de George Rodenbach não se tornou casualmente um sucesso internacional, mesmo sendo essa *Brügge*, com todos os seus novos planos de industrialização e de um porto internacional, à época de seu surgimento, algo bem diferente de um sonhado idílio, à semelhança de uma Veneza do Norte morta.

Só um método de desideologização que, basicamente, questionasse as declarações míticas sobre o caráter nacional desses autores, determinado por sua origem e por seu sangue, que procurasse as fontes das interpretações em pauta e, com isso, expusesse sua eventual contradição interna, para finalmente também demonstrar seu parentesco (tanto em relação às declarações, como também em relação aos métodos aí utilizados) com os mais nocivos tumores do pensamento racista da Europa no século XX, poderia preparar o terreno para uma compreensão das estruturas imagotípicas e dos modelos de pensamento em jogo, um método que merecesse a designação de científico

¹⁰ - Consulte-se o capítulo dedicado a "Vergleichende Imagologie" em: Dyserinck, Hugo - *Komparatistik*. Bonn, Bouvier, 1977.

no sentido de um pensamento crítico-racionalista, aqui mais do que em qualquer outro lugar. Acrescente-se a isso nosso trabalho com a problemática da recepção internacional da literatura de expressão neerlandesa da Flandres e - automaticamente - da Holanda, isto é, com a literatura de ambas as partes da área lingüística dos Países Baixos que, desde 1830, se encontra novamente dividida pela fronteira entre os estados belga e neerlandês. Pesquisas feitas sobre a divulgação em escala mundial da literatura da Flandres e da Holanda e sobre o grande sucesso que a literatura flamenga obteve, principalmente nas regiões de língua alemã, provaram que a imagem da polaridade *sensualité-mysticisme*, enquanto suposta característica principal de uma alma popular flamenga, mal teve um papel reconhecido aí. O sucesso constatado, sobretudo no âmbito alemão, da literatura da “terra natal”, que se movimentava entre uma nostálgica mística à Begin e uma alegria mundana à Timmermann, à Streuvel, etc., achava-se neste plano. E até o próprio vocábulo “Flandres” transformou-se num rótulo que se adequava bem ao mercado; chegou-se mesmo a aconselhar como designação para a língua original, a partir da qual as obras foram traduzidas para o alemão, para o francês, inglês, etc., não o termo “neerlandês”, mas, malgrado todas as regras da filologia, o termo “flamengo”. Numa dissertação sobre as traduções alemãs do autor flamengo Karel van de Woestijne, realizada no âmbito do Programa de Aachen, pôde ser mostrado que os vestígios de uma influência exercida por idéias imagotípicas eram demonstráveis até mesmo em certas nuances da tradução.

As conclusões que se puderam tirar de tais constatações acabaram, em primeiro lugar, na relativização dos chamados conceitos de nacionalidade, tão apreciados na vida literária internacional. Para os comparatistas isso não foi, contudo, uma surpresa, mas muito mais uma confirmação adicional da correção dos seus procedimentos que, na comparação além-fronteiras e na pesquisa das relações internacionais, partem basicamente da necessidade de se considerar as literaturas específicas a partir de um foco supranacional e, de qualquer forma, relativizante. E nada pôde ilustrar (iluminar) melhor o caráter essencialmente relativo dos modelos de pensamento nacionais do que o exame da natureza artificial das teorias literárias no que toca às características nacionais.

Justamente no contexto das relações lingüísticas, literárias e culturais do espaço “Benelux”¹¹, ou em toda a área neerlandesa-belga, é possível apresentar facilmente quantos modelos populares e nacionais, entre si contraditórios, houve no curso da história em certas zonas européias, ou, desconsiderando-se as ocorrências políticas posteriores, quantos ainda existem eventualmente até hoje nas áreas em questão: modelos nacionais que, no correr dos séculos, tomaram formas nacionais e estatais, para os quais os habitantes desenvolveram sentimentos patrióticos, tanto que muitas pessoas viveram por eles e por eles zelaram, algumas sofreram e outras por eles morreram em confrontos bélicos; modelos tão incompatíveis entre si que, no final, tiveram que se excluir. Todas essas “pátrias” e modelos de possíveis “pátrias” - para ficarmos apenas no espaço “Benelux” - quer se denominem “belga”, “neerlandesa”, “flamenga”, “holandesa”, “neerlandesa em geral” ou “borgonhesa”, tanto podiam entusiasmar determinados grupos de pessoas, como repelir outros. Só uma coisa era bastante nítida: como “pátrias” potenciais ou reais eram tudo menos “eternas”, tampouco “sagradas”, a não ser para aqueles que estavam preparados para laicizar o conceito de santidade e de divino a ponto de finalmente, o converterem em moeda prática e política.

Além disso, não é insignificante o fato de que as fronteiras que cercam as unidades nacionais, étnicas ou tribais possam ser de natureza vária. Na comparatística

¹¹ - Nota da revisora: Benelux é o nome dado ao espaço ocupado hoje pela Holanda, pela Bélgica e por Luxemburgo que, no passado já foi conhecido por Países Baixos, por Flandres, por Valônia, etc.

costuma-se partir do princípio de que uma literatura específica (ou nacional) - ou seja, a unidade da qual o filólogo nacional se ocupa, e que o comparatista apenas considera enquanto espaço de fornecimento de material para o seu objeto de pesquisa que é multinacional - é a literatura de uma área lingüística, e que os povos produtores de literatura podem ser (algo no sentido de Herder), em primeiro lugar, facilmente definidos como comunidades de pessoas que falam a mesma língua (desde que se possa partir de circunstâncias dadas naturalmente).

Precisamente a observação mais pormenorizada dessas circunstâncias dadas naturalmente, como por exemplo o espaço “Benelux”, permite também a constatação que, dentro de uma mesma área lingüística - tanto em relação à consciência nacional, quanto à mentalidade - pode ocorrer o desenvolvimento de diferenças coletivas, condicionadas de uma outra forma, de tal modo que, dentro e fora das fronteiras internas de uma mesma área lingüística, vários grupos se desenvolvem e se vêem, afinal, como povos distintos. Foi o que aconteceu, por exemplo, no espaço neerlandês, onde inúmeros holandeses e flamengos pensam que suas diferenças mútuas são fruto de diversidades entre duas comunidades étnicas autônomas, enquanto se trata apenas de habitantes de uma mesma área lingüística que, há séculos, por causa de fenômenos históricos sobejamente conhecidos, foi dividida por uma fronteira que haveria de ser consolidada militarmente e ideologicamente alicerçada.

Já estava na hora de reconhecermos e de termos coragem de falar na Europa, em que nedida nossas nações e nossos povos são, em essência, modelos de pensamento concretos e transitórios no espaço da história e, isso, deve ser considerado como um primeiro resultado de toda a pesquisa comparatístico-imagológica feita nesse contexto e realizada de modo conseqüente.

Mas isso, naturalmente, não significa que o valor das diversas formas de realizações concretas desses modelos de pensamento nacionais deva ser visto como *quantité négligeable*¹². E, sobretudo, não significa que a manifestação e a função dos respectivos modelos de pensamento ligados a imagens e a estruturas imagotípicas - assim como, por exemplo, aparecem na literatura - devam ser consideradas relativamente fracas e sem significado. Muito pelo contrário: são precisamente certos processos, que andam de mãos dadas com a divulgação internacional da literatura, que ilustram de modo muito convincente o poder que deles emana. E isto diz respeito não somente ao poder das heteroimagens, como por exemplo, daquelas relacionadas com a Flandres e que foram produzidas e divulgadas no âmbito da recepção dos testemunhos literários provindos ou relacionados com a Flandres. Atinge também as já aludidas repercussões das heteroimagens em questão (no caminho da ação recíproca entre formação de hetero e autoimagens) na produção literária do respectivo país (no caso, a Flandres ou a Bélgica) e, portanto, as possíveis conseqüências para a formação da consciência nacional, que nada mais é que um certo modo de formação de autoimagem.

As constatações imagológicas em causa servem não só para uma melhor compreensão das obras dos autores que se orientam por uma imagem de seu país marcada no mundo. Elas também dizem respeito ao fenômeno de longo alcance em suas conseqüências, que alguns autores podem, em determinado momento, omitir, para acreditar na exatidão da imagem mencionada - ou para poder considerá-la possível, isto é, que neles e através deles pode-se realizar, dessa maneira, um processo de busca e de encontro da identidade nacional. E o que se pode constatar aqui sobre o campo das relações literárias internacionais tem igualmente seu significado para o campo maior da vida política.

¹² - (quantidade negligenciável).

O que também acaba expresso aqui é o poder dessas imagens, engendradas e criadas pelo espírito humano, e que - em consequência do fato de serem enformadas em formas comunicáveis e decodificáveis - podem a qualquer momento ser chamadas e reativadas. São como que objetos produzidos por pessoas, objetos esses que, de novo, podem atuar sobre a humanidade e onde, mais tarde, não é mais possível controlar sua repercussão a contento. Essas imagens e estruturas imagotípicas são, nesse sentido, comparáveis aos objetos do “mundo 3” segundo a teoria de Karl Popper¹³ ou têm o *status* desses objetos.

De resto, essas constatações encontram apoio na análise dos processos imagotípicos que ocorreram e que ainda ocorrem numa outra parte da Europa - mais centralizadora e dominadora. Aqui são consideradas as relações literárias e intelectuais anglo-franco-alemãs e, neste contexto, podemos considerar, por sua vez, em primeiro lugar o encontro cultural alemão-francês: as teorias de Madame de Staël, que ainda repercutem na relação norte-sul dentro da Europa, e tudo o que se desenvolveu em consequência da representação que forjou da Alemanha até o tratamento dado por comparatistas como Carré, Monchoux, Digeon, etc. constituem ainda hoje o núcleo de uma maior estrutura imagotípica multinacional, na qual ocorreram e ocorrem processos que só afirmam o que se apreende da pesquisa acima citada sobre as relações literárias no espaço “Benelux” e também a relatividade da imagotipia de cunho nacional e as abundantes provas das influências de grande alcance que podem partir das estruturas imagotípicas, tanto da vida literária e intelectual quanto do campo político.

O que, em sua época, Madame de Staël lançou ao mundo com nítida influência das relações políticas existentes (a imagem da romântica Germânia em contraposição à clássica România, o confronto do protestantismo com o catolicismo, o amor à liberdade, a dependência da autoridade) mostrou ser, durante quase dois séculos, tão forte, que até houve a possibilidade de se desenvolverem teorias contrárias com a mesma estrutura de polaridade, através da troca das tônicas avaliativas: como se sabe, a germanofilia manifestada na França antes das Guerras Mundias, gostava muito de trabalhar com o modelo de Madame Staël, e a admiração pela Germânia e por seu sistema, tão positivamente avaliados, concretizou-se; mais tarde, entretanto, as reações nacionalistas, inclusive a *Action Française* utilizaram as mesmas estruturas ou as mesmas macroestruturas, construídas a partir de três pares de oposições principais, para exercer, daí em diante, com sinal invertido, a mais dura crítica ao âmbito alemão. O que para Madame Staël significava amor à liberdade era, para Maurice Barrés, pouca seriedade; o que para ela era romântico, com promessas de futuro, em oposição a uma França envelhecida, estática, incrustada em clássicas tradições, tornou-se para os “anti-românticos” uma manifestação doentia, surgida além do Reno e do Canal da Mancha, e que ameaçava a França. E o que, para um, significava dinâmica e movimento, parecia para o outro um perigo proveniente de uma inquietação doentia. Também neste contexto, a longevidade dos modelos de pensamento imagotípicos em pauta mostrou-se evidente. Também aqui mostraram uma tenaz capacidade de existência.

Naturalmente essa capacidade de persistir sob as mais duras provas não pode, por outro lado, ser explicada pelo fato de sempre haver pessoas prontas a acreditar em teorias e ideologias sedutoramente simplistas, mas (e essa é outra tese que gostaria de levantar aqui com base no tema das imagens e miragens) está, evidentemente, ligada a uma certa necessidade do ser humano em criar padrões de pensamento imagotípicos, que ainda não foi suficientemente pesquisada e que sempre se concretiza no campo literário de modo particular.

¹³ - Popper, Karl - *Objektive Erkenntnis*. Hamburg, 1973.

Não se deve esquecer que o nacionalismo e o pensamento nacional (gostaríamos de atenuar, neste contexto, a palavra nacionalismo, substituindo-o por patriotismo) não foram, no nosso passado europeu, utilizados só pela grande massa, mas a eles se dedicaram também figuras de proa - precisamente na poesia. O verso *Lebe droben, o Vaterland, und zähle nicht die Toten*¹⁴ de Hölderlin não é apenas uma fórmula banal, apropriada ao uso de políticos e demagogos sem consciência para enviarem jovens aos campos de batalha da Europa e à morte. Em se tratando dos termos “pátria”, “torrão natal”, etc., há algo no poeta, e em tantos outros, que não pode ser identificado simplesmente com as guerras de libertação, autênticas ou fictícias, do final do nacionalismo, algo que toca numa necessidade humana mais profunda. Trata-se aqui de algo relacionado com o anseio por “pátria”, por “proteção”, etc., que não pode ser explicado exclusivamente pelo medo atávico do *homo sapiens* dos primórdios, dependente da horda diante do ataque.

Estas questões ainda obscuras - apesar dos inúmeros ensaios sobre problemas atinentes à consciência nacional, assim como ao pensamento nacional de modo genérico - mostram certas possibilidades e tarefas antropológicas da imagologia, devido ao elo existente entre a formação de hetero e autoimagens principalmente, porque, na Europa - como já foi suficientemente acentuado - a participação da literatura tanto no surgimento, como na manifestação e na repercussão do pensamento nacional sempre teve um significado nuclear.

Qual é a força inerente às estruturas imagotípicas, que capacidade de irradiação possuem, e de que maneira podem ser relevantes, num sentido universal, vê-se de resto no exemplo oferecido pela repercussão dos processos europeus em causa fora da Europa - um fenômeno que merece ainda especial atenção dentro da longa discussão sobre o alcance da validade dos nossos métodos comparatistas europeus típicos.

É, de fato, legítimo e, por vários motivos adequado, constatar que os nossos modelos de trabalho imagológicos, desenvolvidos a partir de manifestações européias, não devem limitar sua validade à Europa, mas podem encontrar emprego em outras partes, onde grupos humanos (tribos, povos, etc.) se encontrem semelhantemente em processos de confrontação intelectual, como em nosso caso aconteceu na história por quase 400 anos. Aqui temos em mente, por exemplo, uma manifestação extremamente importante do ponto de vista comparatista-imagológico, como a teoria da negritude, à qual dedicamos uma maior atenção desde o início do nosso Programa de Aachen, e que pode servir como grande exemplo para o alcance que as imagens e modelos de pensamento imagotípicos, surgidos neste continente, podem ter fora da Europa ou como prova inequívoca do significado internacional que a sua pesquisa ainda pode angariar.

Como se sabe, a utilização das teorias morfoculturais do etnólogo alemão Leo Frobenius por Leopold Sédar Senghor, por Aimé Césaire, etc. não foram nada mais que uma retomada das macroestruturas imagotípicas européias, assentes em concepções de uma consciência nacional alemã em formação (em grande parte surgidas no mundo da literatura e da crítica literária) bem como em concepções próprias da consciência cultural dos séculos XVIII e XIX, que eram dirigidas contra a França. Esses intelectuais africanos que, mais tarde, vieram a exercer grande influência no processo de descolonização, conheceram, via Frobenius, as teorias sobre a diferença entre civilização e cultura, vigentes já desde a época pré-romântica alemã, e, tendo por base a *História cultural da África* deste autor, cuja tradução francesa leram nos anos 30 em Paris enquanto estudantes. Puderam, assim, desenvolver, à época, a particularmente influente “ideologia da negritude”. Em essência, não se tratava de nada mais além da adoção de certos modelos de pensamento, que se haviam desenvolvido no espaço

¹⁴ -(Vive, ó pátria, não contes os mortos).

européu (principalmente na área de língua alemã) a partir de antigas noções imagotípicas sobre a relação anglo-franco-alemã, dessa vez aplicadas às relações euro-africanas e, em alguns estados africanos, temporariamente destacada como “filosofia da autenticidade africana”, e isso também significava que, em última análise, essa ideologia só poderia ser compreendida em toda a sua extensão através dos instrumentos da imagologia desenvolvida na Europa.

Em face de manifestações tais como o surgimento e a repercussão da teoria da negritude, é natural abordar, principalmente no contexto da dimensão política da comparatística, a problemática inerente a um suposto perigo de eurocentrismo existente em nossa disciplina. Tal perigo também é problematizado amiúde (principalmente desde a “crise” da disciplina nos anos 50 e 60). Como se sabe, foi Etiemble¹⁵ quem ressaltou o fato com grandes escrúpulos: enquanto, por um lado, acusava seus colegas europeus de uma dose de provincianismo e de limitações, referindo-se à sua não disposição de incluir em seus programas comparatistas temas africanos, asiáticos ou da Oceania, etc., não hesitava, por outro, em censurar-lhes o eurocentrismo que, sem muitos rodeios, relacionava a reconhecidas tendências imperialistas e agressivas, bem como a atividades do passado europeu.

Para todo aquele que sabe tratar-se de um trabalho num campo de pesquisas multinacional (isto é poliglota), está claro que até para os comparatistas, em algum momento, devem ocorrer limitações: limitações a que toda a capacidade humana está sujeita, limitações levantadas pelos próprios pesquisadores, motivadas pela abrangência do assunto, pelo problema da eficiência e da racionalidade - e também pela recusa do diletantismo.

Por que não deveria uma comparatística, que trata dos problemas provenientes de uma multinacionalidade européia, em face das necessidades e das possibilidades criadas por essas limitações, poder eleger o campo europeu (limitado) como principal área de ação, sem se deixar acometer por sentimentos de super-autoestima?

O que está em causa é a questão da legitimidade de se poder tirar conclusões científico-literárias “gerais” a partir de investigações realizadas só no âmbito da literatura européia e de se querer supostamente criar teorias cientificamente fundamentadas, partindo da universal exigência de validade legal, com base em conclusões retiradas apenas de uma área cultural, sem levantar o problema da existência de possíveis diferenças em conclusões análogas em outras áreas culturais.

Neste interim, veio a tornar-se marcante a manifestação chamada de “ciência geral da literatura”, que começou a expandir-se em alguns países da Europa durante os anos 60 e que alcançou um certo (ainda que muito relativo) reconhecimento, em que pesquisadores isolados não quiseram dar-se ao esforço de um trabalho multinacional de cunho comparatista.

Mas por que não deveria haver um intento de pesquisa, dentro dos limites conscientemente reconhecidos e marcados pelas literaturas surgidas na Europa, ou na tradição lingüística e cultural européia que, em vez de se colocar como imperialismo, pretenda muito mais criar conhecimentos, partindo de análises do próprio âmbito (pequeno) europeu, e que, afinal, também pode ser de utilidade para além das fronteiras de nosso continente? Em outras palavras: por que um trabalho desenvolvido no âmbito europeu não poderia ser uma atividade realizada num laboratório intelectual, com procedimentos científicos normais, sem o compromisso de atingir validade universal, e

¹⁵ - O texto de Etiemble (“Crise da literatura comparada?”) encontra-se traduzido para o português em: Carvalho & Coutinho - *Literatura comparada. Textos fundadores*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p.191-198.

cuja produção fica ao dispor de toda humanidade para uso próprio, sem que isso tenha necessariamente a ver com eurocentrismo, muito menos com imperialismo?

O campo de trabalho comparatista, tal como é tratado em nosso programa, é na realidade tudo menos aquele modelo de cunho ideológico ligado à idéia de uma “nação européia” ou de uma nação enquanto grande-espaco-supranacional, a cujos serviços se colocariam os nossos pesquisadores, como por exemplo no passado aconteceu com a germanística alemã, que considerava questão de honra estar a serviço do império alemão.

Certamente, não se pode negar que houve historiadores da literatura que se empenharam na unidade do pensamento europeu ao escreverem uma história da literatura e, por momentos, mantiveram afinidades com modelos imperialistas de pensamento. E era compreensível que espíritos universalistas como Etiemble achassem por bem advertir sobre o perigo do surgimento de um nacionalismo na grande área européia, enraizado no pensamento eurocêntrico. Porém, impetrar este fato a uma comparatística centrada na Europa como uma mácula em potencial ou já existente, foi e é inoportuno.

Nossa conclusão, neste contexto, é a seguinte: não há “nação Europa”, mas “laboratório Europa” para a realização de uma ciência com alcance político que, no fundo, se desenvolve plenamente na imagologia, de orientação crítico-racionalista, e sem o pensamento voltado para o espírito do nacionalismo do século XIX ou para novas formas de pensamento nacionalista.

E o “laboratório Europa” também serve a uma pesquisa que, através de seus procedimentos crítico-racionalistas, bem como de seus fundamentos alicerçados em conhecimento multinacional histórico-crítico, acaba por ficar equipada da melhor maneira, não só para examinar os diversos modelos da consciência nacional na Europa, mas também as várias formas da própria consciência européia. Pois a literatura teve uma imensa participação não apenas no desenvolvimento do pensamento nacional; teve também interesse pelo desenvolvimento de uma mentalidade nacional, desejado e por ela fomentado, bem como por aqueles que dela se ocupavam. É pois - mas isso só deve ser citado à margem - também uma futura tarefa da comparatística européia trabalhar, de forma sistemática, as representações da Europa, principalmente a partir do Romantismo, ou seja, do século XVIII; um trabalho de análise feito de distância crítico-racionalista que sabe manter o necessário distanciamento científico do seu objeto de pesquisa. Finalmente, isso haverá de tocar naquele *esprit européen*, que está além do espírito do nacionalismo europeu, atrelado à nossa disciplina por Madame de Staël, enquanto modelo condutor e representado com ênfase por especialistas como J. Texte, H. Meltzl, L. P. Betz, etc. Neste ponto, mostra-se de novo em toda a sua clareza a dimensão e o real significado políticos desta disciplina tão tipicamente européia.